

Centrão mostrará a sua força na terça

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não chegando a bom termo as negociações previstas para amanhã entre a Mesa da Constituinte e o chamado Centrão, assistiremos na terça-feira a uma crucial votação no plenário. Os constituintes decidirão se aprovam ou rejeitam o projeto de resolução que altera o regimento interno e permite a apresentação de emendas novas, não só a artigos, mas a capítulos do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

A primeira vista poderia parecer uma discussão sobre o absurdo, porque, afinal, a ninguém seria dado imaginar um plenário limitado e até proibido de alterar projeto recém-saído de uma comissão. Pela lógica, são os plenários que detêm a soberania plena, nas Constituintes. Mas é o contrário disso, precisamente, o que dispõe o regimento interno: nada de emendas novas, só aquelas que já foram apresentadas durante os trabalhos da Comissão de Sistematização. Nenhuma possibilidade de alteração global de títulos e capítulos.

Os integrantes do Centrão, que somam mais de 300 deputados e senadores, insurgiram-se contra o que chamam de ditadura dos sistematizadores. Querem participar e dar a última palavra. Fala-se da possibilidade de acordo porque eles propuseram à Mesa projeto de mudança no regimento interno para alterar até títulos inteiros do projeto. Também pleitearam não haver limitação do número de emendas a serem apresentadas por cada constituinte, em plenário. Pode ser que Ulysses Guimarães, recém-chegado a Brasília, admita a emenda de capítulos, bem como limite a três emendas por parlamentar as possibilidades de cada um. O Centrão será capaz de aceitar. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte está preocupado com o fator tempo. Mesmo sabendo que não poderá mais promulgar a nova Constituição este ano, gostaria de ver os trabalhos terminados o mais breve possível, quem sabe em janeiro ou fevereiro. Aceitar a proposta inicial do Centrão equivaleria a esticar muito mais os debates, mas chegar a um meio-termo, quem sabe?

Existem empecilhos a dificultar

o acordo. As lideranças de esquerda, chamem-se progressistas ou zitas, conseguiram inserir no projeto Bernardo Cabral uma série de postulados acordes com as doutrinas e as ideologias que defendem. Mesquinharias, manobram com eficiência na Comissão de Sistematização. Pretendem garantir o que já conseguiram. Com o Centrão ocorre o oposto. Quer alterar o regimento interno precisamente para tentar modificar fundamentalmente o projeto. Imaginam os seus integrantes poder alterar todo o capítulo da ordem econômica, dando outro conceito à empresa nacional e retirando os cerceamentos à ação do capital e de empresas estrangeiras. Também se insurgem contra certos preceitos da ordem social, a começar pela estabilidade no emprego e o pagamento das horas extraordinárias em dobro.

Havendo entendimento, a reforma do regimento se dará rapidamente. Não havendo, a questão será submetida a voto, terça-feira à noite, em reunião já marcada. Se o Centrão dispuser mesmo de mais de 300 votos, e se conseguir reuni-los, votará pela mudança e ela estará concretizada. Afinal, repete-se, os plenários detêm a soberania constituinte. Serão necessários 280 votos.

Caso aconteçam manobras ou artifícios da Mesa da Constituinte ou das lideranças de esquerda, impedindo a votação, a temperatura subirá a níveis de ebulição, depois de amanhã. Os representantes dos setores moderados ou liberais passarão para a guerra aberta, e uma das idéias que começava a germinar entre eles era a de rejeição pura e simples do projeto Bernardo Cabral, em bloco, daqui a uma semana, quando iniciados os debates finais. Essa rejeição em bloco é possível, conforme interpretação de que não são necessários 280 votos apenas para alterar o que já está escrito, mas, também, para aprovar. O Centrão poderia abster-se, não comparecer ou, até mesmo, votar contra. Nesse caso haveria o impasse, devendo a Assembleia Nacional Constituinte começar tudo de novo, com outras subcomissões, comissões, relator e projetos. Positivamente, nessa hipótese, não só o regime, mas até a República iria à garra.

Um escândalo?

Diz a Constituição ainda em vigor, como dirá a próxima, que as leis complementares só podem ser aprovadas pela maioria absoluta dos membros da Câmara e do Senado, isto é, a metade mais um dos deputados e dos senadores no exercício do mandato, não dos presentes às sessões. Pois os líderes dos partidos na Câmara acabam de cometer uma inconstitucionalidade. Esta semana, reunidos, eles decidiram aprovar pelo voto da liderança, ou seja, sem submeter a questão ao voto parlamentar, projeto de lei complementar de autoria do governo aumentando as posições tributadas dos serviços municipais. Em outras palavras, passando de 50 para 107 os itens abrangidos pelo Imposto Sobre Serviços. Coisa que favorecerá a caixas e aumentará os recursos municipais, principalmente das capitais dos Estados.

Não se emitem juízos de valor a respeito, apesar de essa alteração tributária acabar onde sempre têm acabado as outras, no bolso do contribuinte. O problema é que houve precipitação dos líderes. E do governo, também, porque a nova Constituição está alterando profundamente o capítulo tributário e essa lei complementar, se aprovada agora no Senado, poderá não subsistir no ano que vem, revogada pela nova Carta. O pior na história é que se faz ao arripio da Constituição. A obrigatoriedade de os projetos de lei complementar serem submetidos a voto é indiscutível. Pois virou letra morta. Quase todos os partidos têm chefes de capital, que os líderes desejam agradar. Não só o PMDB e o PFL, em grande maioria, mas o PT, com d. Maria Luíza, de Fortaleza, o PDT, com Alceu Collares, de Porto Alegre, e o PTB, com Jânio Quadros, de São Paulo.

Dividendos

Corria no Congresso uma história singular. O deputado Leur Lomanto, do PFL na Bahia, não conseguia nomear um só representante do Furrural nos municípios onde havia sido o mais votado, apesar do critério estabelecido ainda nos tempos de Tancredo Neves, sobre aquelas nomeações caberem, nos municípios, aos deputados que tivessem obtido maior número de votos. Amigo pessoal de Ulysses Guimarães, o jovem parlamentar queixou-se a ele, que imediatamente telefonou para o então ministro Raphael de Almeida Magalhães, determinando-lhe designar os indicados de Leur Lomanto, no interior da Bahia. Raphael assim fez, mas perguntou a Ulysses como enfrentar os deputados do PMDB. Resposta do presidente do PMDB: "Diga que foi o Sarney quem mandou".

O resultado é que os peemedebistas

batanos ficaram contra o presidente da República e os liberais estão agraciados a Ulysses Guimarães...

Ingratidão

Do general De Gaulle, ao assumir a Presidência da França: "O primeiro dever de um chefe de Estado é ser ingrato..."

Tempo há

O líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, observa que a vitória é solidária, mas a derrota, solitária. Já mais pensou em alterar o prazo da votação do mandato presidencial, na Comissão de Sistematização. Angustiou-se com a derrota dos cinco anos, mas não vê a situação por lentes pessimistas. Julga haver tempo, ainda, para a fixação desse prazo como tempo de mandato de Sarney. Para isso, no entanto, será preciso que o presidente dê unidade ao governo. Que não permita ministros divergindo de ministros e até do Palácio do Planalto.

Lourenço também não acha impossível derrubar o parlamentarismo. Tudo depende de trabalho e de harmonização. A votação no plenário da Assembleia Nacional Constituinte poderá revelar resultados bem diversos daqueles verificados entre os sistematizadores. A opinião pública repudia o parlamentarismo e a formação de maioria em favor do presidencialismo poderá acontecer, desde que, é claro, o governo se una. E atue em função dessa unidade, mandando passear de todos os escalões os representantes e aqueles que não apolaram seus pontos de vista.

Para o parlamentar liberal, afastar essa gente não é traição. Muito pior foi a ação de certos governadores no episódio, como Miguel Arraes e Waldir Pires. Arraes, pelo que ele sabe, ameaçou fazer voltar um de seus secretários-parlamentares para o Congresso, com o que Osvaldo Lima Filho passaria à suplência, caso não desistisse de votar pelos cinco anos. Tratou-se de manobra política. Mas quando ele, Lourenço, dias atrás imaginou substituir na Comissão de Sistematização os companheiros que votariam contra o governo, o mundo quase caiu sobre suas costas. Foi através de métodos parecidos, em seu entender, que Waldir Pires virou os votos dos deputados Francisco Pinto, Celso Dourado, Virgildásio Sena e Mário Lima. Demitir quem está contra os interesses do Palácio do Planalto é tido como vingança política, mas a recíproca não parece verdadeira.

"É sempre bom lembrar, conclui o líder, que as instituições estão em consolidação, mas não se encontram consolidadas."